22/07/2014 - Seconci-SP apresenta estudos que proporcionam a inserção segura de pessoas com deficiência em canteiros de obras e unidades de saúde

Duas pesquisas inéditas ajudarão as empresas a cumprir a Lei de Cotas

Duas pesquisas pioneiras sobre inserção segura de Pessoas com Deficiência (PCDs) no mercado de trabalho foram apresentadas pelo Seconci-SP (Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo) durante o 1º Fórum de Acessibilidade da AAPSA (Associação Paulista de Recursos Humanos e de Gestores de Pessoas), realizado no dia 17 de julho, na sede da Apae de São Paulo, na capital paulista.

Hoje o Brasil tem mais de 15 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência severa, segundo o Censo de 2010, levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ambas as pesquisas vão contribuir para que empresas de todo o País possam cumprir a Lei de Cotas (8213/91), que exige a contratação de PCDs em companhias de todos os setores da economia que empregam mais de 100 pessoas.

O primeiro estudo mostrou como PCDs podem desempenhar 17 cargos, que abrangem 29 atividades em quatro fases de uma obra de construção civil (fundação, estrutura, alvenaria e acabamento). Esta pesquisa foi feita mediante 486 avaliações sem PCDs simulando as diversas fases da obra, e 12 avaliações com PCDs enquadráveis na Lei de Cotas: 5 mestres de obras, 3 ajudantes gerais, 1 eletricista, 1 pedreiro e 1 auxiliar administrativo, que apresentavam diversos tipos de deficiências físicas ou auditivas. Dos gestores desses profissionais, 67% avaliaram o seu desempenho como na média, 25% consideraram acima da média e apenas 8% abaixo da média.

O segundo estudo mostrou 12 cargos e funções na área da enfermagem que podem ser realizados por pessoas com deficiência, abrangendo 1.551 atividades, das quais 457 diferentes, em 25 tipos de ambientes de trabalho, desde clínicas médicas até centros cirúrgicos.

A responsável pela pesquisa, dra. Norma Suely de Almeida Araujo, médica e superintendente do Instituto de Ensino e Pesquisa Armênio Crestana (IEPAC), departamento do Seconci-SP, ressaltou a importância destes estudos. “O grande desafio é incluir. Fazer este mapeamento de cargos contribui para ampliarmos o número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Quebramos a barreira da deficiência e da acessibilidade, apresentando subsídios técnicos para que este público trabalhe em condições seguras e com alto rendimento”, afirmou.

O Fórum de Acessibilidade contou com palestras por vídeo da deputada federal Mara Gabrilli, do secretário adjunto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marco Pellegrini, e da doutora em Ciência da Reabilitação, dra. Maria Aparecida Ferreira de Mello.

A pesquisa completa sobre a inserção de PCDs em canteiros de obras está disponível no link: http://www.seconci-sp.org.br/wp-content/uploads/2013/11/IEPAC-Estudo-de-Viabilidade-de-PCDs-na-Construcao.pdf

CDN